



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

CONCORRÊNCIA SRRF10 Nº 2/2019
Processo administrativo nº 11000.720284/2019-99

JULGAMENTO DA PEÇA IMPUGNATÓRIA AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA SRRF10 Nº 2/2019

1. Tendo em vista o relatório da Comissão Especial de Licitação (documento nº 88), que trata da apreciação das razões expostas pela empresa Multi Armazéns Ltda., CNPJ nº 02.252.501/0001-76, na sua impugnação ao Edital da Concorrência SRRF10 nº 2/2019, **DECIDO ACOLHER e APROVAR** os termos do mencionado relatório, o qual **ADOTO** na íntegra, para responder que **JULGO**:
2. **PROCEDENTE** a impugnação, no que se refere ao pleito de redução da altura mínima do pé-direito livre dos armazéns de 8 (oito) para 6 (seis) metros.
3. **IMPROCEDENTE** a impugnação quanto às seguintes alegações: **a)** Insegurança jurídica provocada pela iminente publicação de Medida Provisória veiculando o novo marco regulatório da exploração de Estação Aduaneira de Interior – EADI, mediante licença administrativa; **b)** Vedação à participação em consórcio; **c)** Dimensionamento de área descoberta de apenas 7.817 m² (sete mil oitocentos e dezessete metros quadrados) para pátio de armazenagem, manobras, estacionamento de veículos, reboques, entre outras atividades, incompatível com o objeto da permissão; **d)** Dimensionamento de área de armazenamento de contêiner de apenas 148 m² (cento e quarenta e oito metros quadrados) incompatível com o objeto da permissão; **e)** Falha na composição das tarifas.
4. **DETERMINO** à Comissão Especial de Licitação que formalize a ciência do presente à impugnante.
5. **COMUNIQUE-SE** também no sítio eletrônico da Receita Federal (<http://receita.economia.gov.br/sobre/licitacoes-econtratos/anexos>), para que essa impugnação seja do conhecimento de todos os interessados, bem como da sociedade em geral.
6. **DETERMINO** à Comissão Especial de Licitação que providencie a alteração do subitem 3.3.1, inciso V, a.1, do edital, nos termos do subitem 4.1.1.4 do relatório (documento nº 88), para, posterior republicação do instrumento convocatório, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para entrega das propostas pelas licitantes, nos termos do § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Porto Alegre/RS, (datado digitalmente).

(Assinatura digital)

LUÍS ANTÔNIO DA SILVA MACHADO
Chefe da Divisão de Programação e Logística



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por GUILHERME RABELLO MARQUES em 22/11/2019 15:59:00.

Documento autenticado digitalmente por GUILHERME RABELLO MARQUES em 22/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: LUIS ANTONIO DA SILVA MACHADO em 24/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME RABELLO MARQUES em 25/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP25.1119.11187.JNGS

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
E3F98AB5891844234254AC9E374BE3CC1E9E083498E51FCD2E61AF470E60CB03